

**O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário
ainda à espera**

*Wendell Teles de Lima¹
Ana Maria Libório Oliveira²
Marcelo Lacortt³
Sebastião Perez Souza⁴*

Resumo

Este artigo é fruto de uma pesquisa analítica tendo em vista as formas de (re) pensar a geopolítica em nosso país, tem-se em vista a recusa da comunidade geografia em sua maioria de não querer trabalhar essa área do conhecimento que ainda prevalece em todo o país, apesar os esforços de segmentos de geógrafos agora de forma itinerante trabalhando eventos de cunho dentro da perspectiva da geografia política, geopolítica observa-se que existe revigoração da primeira sendo o segundo ramos de conhecimento ainda rechaçado pela maioria dos geógrafos, nesse sentido, de que forma isso ocorre é na realidade a pergunta central do texto e ao mesmo tempo analisa esses motivos, teremos como base metodológica a pesquisa bibliográfica de teóricos que tem o objetivo de demonstrar que apesar de problemática esse ramos da geografia ainda permanece sua importância na conjuntura contemporânea tendo em vista o processo de globalização.

Palavras-Chave: Geopolítica, Geografia, Projeção.

**The (re) thinking of geopolitics in Brazil "an evil" and the necessary effort
still waiting**

Abstract

This article is the result of an analytical research in view of the ways of (re) thinking geopolitics in our country, we have in view the refusal of the geography community in the majority of not wanting to work that area of knowledge that still prevails in all the country despite the efforts of segments of geographers now in an itinerant way working events from the perspective of political geography, geopolitics is observed that there is reinvigoration of the first being the second branch of knowledge still rejected by most geographers, in that sense, in what

¹ Doutor em Geografia, Coordenador do Núcleo de Estudos Fronteiriços de Geopolítica e Relações Internacionais (NETGRI) e do Grupo de Pesquisa de Estudos Geográficos (GEPEG), Professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CSTB-UEA). Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: wendelltelesdelima@gmail.com

² Mestra em Estudos Amazônicos, Líder do Núcleo de Pesquisa – NEPECS, Docente de Matemática do Instituto Federal de Brasília – *campus* Estrutural. E-mail: analiborio@gmail.com

³ Mestre em Engenharia, Coordenador do Cursos de Matemáticas (CSTB-UEA), Coordenador do Laboratório de Matemática (Labmat) Professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CSTB-UEA). Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: lacortt@upf.br

⁴ Graduado em Pedagogia e especialista em educação.

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

way this occurs is in fact the central question of the text and at the same time analyzes these reasons, we will have as a methodological basis the bibliographical research of theorists whose objective is to demonstrate that, although problematic, this branch of geography still remains its importance in the conjuncture the globalization process.

Keywords: Geopolitics, Geography, Projection.

Introdução

A necessidade de (re) pensar uma geopolítica brasileira ainda é premente, tendo em vista algumas questões como o projeto geopolítico estabelecido pelo país através da Geopolítica Moderna, que identificou sua origem no final da República Velha (1889 e 1930), ou seja, diante de uma nova alternativa de reconstrução e posição que o país deveria ter no continente sul-americano.

O projeto Brasil Império, tendo em vista inicialmente as ações da coroa portuguesa, serviu de inspiração de forma comedida e contextualizada à Nova República (1930-1964), já oficializada, portanto, a busca de uma liderança política no subcontinente, projetos como a industrialização brasileira, o fim do arquipélago dos brasis, o processo de urbanização fundamental para ação do Estado - sobre a população, construção das agências de desenvolvimento, foram algumas atitudes tomadas para esse salto.

Para Vesentini (1986), o projeto geopolítico brasileiro foi apenas um conjunto de ideias que em sua grande totalidade ficou no conjunto das intenções, entretanto, sua análise não levou em consideração o país atual, onde a existência e fortalecimento de uma identidade nacional ocorreu pela prática geopolítica idealizada por seus interlocutores geopolíticos sendo civis ou militares.

Adentrando a história ou regredindo nela deve-se atentar que o projeto geopolítico se desenvolveu com Portugal na ideação de resguardar o território e, depois seguido, pela sua colonização. Como já foi colocado, o projeto Brasil Império feito com a chegada (transferência) da família Real e a Independência do país teve como meta a liderança brasileira na América do Sul. A ascensão da aristocracia na representação política fortalecida pela ação do próprio império trouxe a decadência e ostracismo da geopolítica brasileira e de seu

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera amadurecimento que teve que esperar o período de paralisação. Magnoli (1997) atenta para a seguinte questão “A empreitada conservadora, aristocrática e continuísta, de D. Pedro I configura a permanência do projeto original de “transmigração” nas novas condições desfavoráveis, geradas a emergência do movimento liberal.” (MAGNOLI, 1997, p. 84)

Esse retrospecto é necessário porque as ações de uma Geopolítica Moderna e sua consolidação oficial foi dado nos anos de 1930 com a figura de Getúlio Vargas com a quebra da República do Café com Leite (1891- 1930). Deve-se atentar que ao mesmo tempo é a volta da tomada do projeto geopolítico, tendo em vista a estruturação moderna do território com novos meios geográficos e da projeção geopolítica ocorrido no Período Imperial, não se trata de toda sua plenitude em função da aristocracia agrária.

Nesta análise, o projeto geopolítico moderno de organização e de arrumação da configuração geográfica durou 60 anos, tendo em vista o continente sul-americano e de seu em torno. Nesse período, tiveram-se auges de projeto como ícones das ideologias geográficas como a construção de Brasília e das grandes rodovias que cortaram o território nacional representando seu processo de incorporação no desenvolvimento e fortalecimento da unidade nacional, como a construção de Brasília que na visão de Vesentini (1986) será a capital da geopolítica que esconde nuances importantes no tecido social brasileiro para o controle dos grandes movimentos sociais.

Albuquerque (2014) observa que os anos de 1950 foram fundamentais para projetar o país dentro do pensamento ideológico baseado na segurança nacional, e segundo o teórico esse pensamento reverbera. O Brasil é pensado ainda como estivesse nessa época tendo em vista suas ações geopolíticas.

A Guerra Fria disputada entre Estados Unidos e ex-União Soviética no período bipolar, a divisão do mundo levou ao direcionamento (prisão) maciço das relações norte-americanas, ou seja, uma aliança naturalizada diante do eclipsamento do país e de suas pretensões nas projeções mundiais.

Na superação desse paradigma tem-se Martin *apud* Albuquerque (2014) que fez esforço para a superação desse modelo, propondo um novo olhar sobre a saída de uma projeção golberiana, uma projeção que ultrapassava o entorno da América do Sul segundo Silva (1981) de forma sutil. A superação desse fato

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

é dada através de seu meridionalismo, tendo em vista as relações sul-sul, na visão desse geógrafo o sul político ultrapassaria as fronteiras do sul hemisférico e é caracterizado por países que buscam um novo processo de independência ou nova posição no mundo diante da estabelecida pelos grandes centros hegemônicos de poder, tem-se em vista o aumento e as relações econômicas e políticas, ademais, reforçar as proximidades históricas e causas comuns são os motivos que se aproximam nesses países para a constituição de novos polos de poder.

Para Martin *apud* Albuquerque (2014) essa projeção ultrapassaria os limites e áreas do entorno das projeções de atuação do país (a América do Sul), ao mesmo tempo, a liderança seria mais fácil de ser exercida, acerca das condições geográficas, econômicas e políticas de projetar o Brasil diante das demais nações que poderiam competir com o nosso país, mas que na realidade buscam apenas uma projeção regional como é o caso da Índia, Austrália e África do Sul que poderiam ameaçar as pretensões brasileiras.

Um espaço natural de atuação brasileira existiria nessa teoria, bastava o país conquistar e fortalecer os laços com os países localizados nessa parte política do planeta. O que parece é que a ideia de recorte de atuação regional de Martin *apud* Albuquerque (2014) limita a ação do país as condições meramente geográficas, que são importantes, porém, não podem colocar como condicionantes decisivos.

Na proposta do professor André Martin, os principais polos do meridionalismo - Brasil, Índia, África do Sul e Austrália - reúnem características simultaneamente continentais (economias mais autárquicas, agrícolas e extrativistas) e marítimas (economias mais abertas), daí que classificá-los como poderes anfíbios seria algo mais preciso, isto é, países que podem desenvolver simultaneamente suas capacidades terrestres e marítimas. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 10).

Ao analisar a essa proposição Lima *et al* (2017), tendo em vista a plasticidade das relações econômicas e geopolíticas na organização e projeção do espaço, obteria uma nova proposição. A teoria das Escalas Geográficas levaria um grau maior de relações, haja vista o tipo de fluxos no mundo e, ao mesmo tempo, o interesse do país em áreas mais deprimidas que teriam ajuda

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera direta da ação Estatal - sendo assim investimentos, incentivos para se inserir ao sistema internacional e as cadeias produtivas mundiais.

Cabe ao Estado exercer o planejamento da totalidade dos fenômenos de toda ordem visando o equilíbrio entre áreas reticulares e zonais, segundo a concepção de Lima et al (2017) acerca da retomada do planejamento territorial que resultaria no novo norte para a projeção brasileira e que, ao mesmo tempo, não limitaria o seu grau de atuação ou ação no momento atual da globalização. Os autores fazem a seguinte análise:

A construção da visão tradicional é reforçada nas Teorias geopolíticas propostas de Mundo calcadas no regionalismo tradicional geográfico. A perspectiva regionalista e suas subdivisões parecem encontrar subsídios na Geografia Tradicional francesa, estabelecida no século XIX, sobretudo, na figura do geógrafo francês Vidal de La Blache, que tem como recorte privilegiado a região. Este recorte territorial foi tão importante, que influenciou toda a Geografia Moderna e, acima de tudo, as análises espaciais baseadas no mundo regionalista, em que essa concepção se fundamenta nos fatores naturais e descritivos em uma área circunscrita (LIMA et al, 2017, p. 125).

Portanto, podemos dizer que os problemas de projeção contemporânea tendo o componente geopolítico das propostas analisadas não foram executadas em parte alguma. De acordo com Lima et al (2017) o modelo existente atua de projeto geopolítico e respingado até mesmo na ação golberiana nos anos de 1950 e retomada em plena época neoliberal dos governos brasileiro tendo como pano de fundo as ideias de Travassos (1935), essa concepção foi detectada por Albuquerque (2014) e Lima et al (2017). Entretanto, para o segundo autor, ela é feita através de uma ideia baseada em sistemas geográficos que são conjuntos de condições geográfica e geopolítica para atingir o projeto de liderança do país no subcontinente e projetar-se mundialmente.

Os Eixos de Integração e Desenvolvimento (Eids) analisados por Becker (2008) são bons exemplos disso, onde a Amazônia aparece como uma área essencial para as pretensões brasileiras, valorizada ainda mais em função da localização de constituir-se como um novo *Hertland*, área pivô da América do Sul que constitui um espaço estratégico para a manobra de qualquer proteção hegemônica na escala sub-regional e mundial pela concentração de recursos naturais existentes e, ao mesmo tempo, por sua localização geoestratégica.

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

Mattos (1987) já alertava que o projeto dos eixos de integração era na realidade a busca do país incansável do projeto travassiano de ser uma potência bioceânica.

O final do Século XX representou até o início deste novo século um ostracismo para geopolítica brasileira, tendo em vista temas ligados com maior ênfase de integração regional e a supressão da geopolítica, não se evidenciam um fortalecimento de proposições de projetos geopolíticos no final e início do século XXI, o que se observa na realidade é um fortalecimento de uma geografia política e, ao mesmo tempo, um rechaço da geopolítica ainda recusada por muitos geógrafos, o estigma colocado por Costa (2010), Vesentini (1986) ainda insiste em permanecer entre a comunidade geográfica.

Horta (2006) tem um texto crucial ao exorcizar o debate geopolítico, ao dizer que as análises desses dois autores fundamenta-se somente em uma visão que tem como eixo centralizador esse conhecimento, era de uma geografia distorcida e, ao mesmo tempo, uma propaganda ideológica autoritária. Entretanto, Horta (2006) coloca que outras formas de geopolíticas mais ativas e críticas, como a de Elisée Reclus e Pietro Kropotkin apud Andrade (1985) vão em outra direção e colocam trazendo uma visão crítica. Para este teórico o esquecimento desse fato mostra como a geopolítica é entendida de forma errônea e, ao mesmo tempo, recusado pelos segmentos hegemônicos da geografia.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas Silva e Théri observam (2018) que existe um crescimento na pesquisa em torno da Geografia Política e Geopolítica no país, segundo esses autores.

O desenvolvimento da geografia política e da geopolítica no Brasil deve ser situada na perspectiva do crescimento da pesquisa no país, que pode ser analisada com precisão graças aos dados providenciados pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq). (SILVA; THÉRI, 2018, p. 2).

Entretanto, é o próprios autores reconhecem que muitos grupos intitulados como de geopolítica não o fazem análises nesta direção, e que alguns que fazem geopolítica não são assim necessariamente reconhecidos, provocando uma série de dificuldades no mapeamento dessas atividades de quem tenta fazer esse tipo de levantamento, mas os dois autores reconhecem

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

que é expressivo no momento atual o aumento de pesquisa em ambas áreas em função de Congressos, Seminários e Revistas Eletrônicas deste segmento e que tentam reforçar estas temáticas em todo o país.

As observações referentes a produção desses dois ramos do conhecimento, sobretudo, no que se refere a sua mescla pode ser observado da seguinte forma por Karol (2014):

Dentre os intelectuais brasileiros que produziram teorias em geografia política ou geopolítica, encontramos um número irrisório dos quais pode-se destacar o trabalho de Bertha K. Becker, de longe aquela que mais contribuiu com a formação de quadros e de proposições que tiveram desdobramentos em ações estatais diversas, nomeadamente aquelas que se desdobraram sobre a Amazônia.

As proposições geopolíticas de alguns geógrafos tiveram resultados/impactos nas políticas de estado e foram para além das políticas de governo, dentre estes trabalhos estão aqueles que muitas vezes foram dirigidos por Bertha K. Becker. (KAROL, 2014, p. 212).

Sem dúvida, pensar de forma geopolítica e projetar os interesses nacionais para além da fronteira, tendo em vista seu componente geopolítico, foi feito pela geógrafa Betha K. Becker que foi considerada a geógrafa da Amazônia, haja vista o Estado e a entrada do capital, conseguiu fazer isso além das esferas e dos estigmas acompanhados atribuídos a esse conhecimento. Tendo uma ação prática e planejada, por conseguinte o interesse do Estado brasileiro e sua posição mundial ainda pode ser percorrida.

Não se pode esquecer da forma anterior, mas pensando no caso do país, boa parte de sua análise, o papel de Therezinha de Castro (1983) que pensou e projetou o país para além das fronteiras, como é o caso do continente Antártico, a preocupação dessa geógrafa que estava de forma direta inserida na Escola Superior de Guerra (ESG) contribuiu de forma exponencial para o pensamento geopolítico.

Assim, também de forma prematura dentro de uma perspectiva da geografia moderna tem-se Andrade (1992) que deu inúmeras contribuições em direção a essa análise. Fica evidente o papel de Lacoste (1993).

O quadro atual e o Fortalecimento de Uma Geografia Política e Ausência de Geopolítica

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

Para Lima *et al* (2017) a retomada do crescimento nos anos de 1990, baseou-se em projeto geopolítico que teve como eixo orientador a geoeconomia e, ao mesmo tempo, a ação planejadora do estado na constituição de grandes corredores e, depois pensados como grandes territórios nos governos de Luís Inácio da Silva (LULA - 2003–2011), visando um zoneamento numa perspectiva transnacional, sendo assim, é pela primeira vez que o território passa a ser pensado de forma conjunta com o restante sul-americano tendo em vista o interesse brasileiro e sua inserção internacional.

Apesar dessa ousadia, tendo em vista o cenário global, faltou uma definição mais clara de uma política direcionada em termos de projeções para alcançar uma posição internacional, existiram outras iniciativas como a dos Brics (Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que necessitou de uma ação mais contundente em termos geopolíticos, ao mesmo tempo, essas ações pontuais necessitavam de política integradora para alcançar o seu alvo que era uma posição de destaque no cenário internacional na construção clara e definitiva na Ordem Mundial a emergência de nova potência no cenário internacional.

O esvaziamento do interesse brasileiro e a falta de iniciativas para uma posição mais forte em procurar uma maneira definitiva no cenário global, que está em desenho, e a própria crise econômica e fiscal que passa o país, assim como, na mudança de rumo de objetivos: como a retomada do neoliberalismo centrado apenas numa política econômica vazia, e que se centra somente nas trocas comerciais, trouxeram sérios problemas ao projeto geopolítico brasileiro no momento contemporâneo.

Esse pano de fundo termina refletindo em concretização e falta de interesse de temas ligados a uma projeção geopolítica e nos estudos sistematizados, tendo em vista que os processos internacionalistas e globalistas estão vigentes. A retomada pela política, conforme Castro (2005), termina incidindo diretamente em temas ligados à Geografia Política, não que a geopolítica não seja permeada de política e sim, porque o projeto nacional ou Estado passou a ser elemento menos importante na análise de muitos geógrafos.

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

Apesar de alguns teóricos como Santos e Silveira (2001) destacarem a importância da escala de análise baseada no Estado, muitos ainda fazem com restrição, tendo em vista as micros escalas que muitas vezes levam o esvaziamento da escala de uma natureza mais macro que implica diretamente nas dificuldades da compreensão das projeções do poder.

É verdade que outros atores sistemáticos, como lembra Raffestin (1993), não devem ser esquecidos, já que Ratzel *apud* Moraes (1990) deu uma grande dimensão do Estado, mas o que se observa de maneira geral é uma recusa da temática geopolítica escapando para alguns temas que fortalecem uma geografia política voltada para o comportamento de votos, a ação de novos atores territoriais na constituição do território, os fluxos de natureza econômica e cultural saem fortalecidos desses processos de análises.

A recusa dos teóricos geopolíticos chega a ser preponderante entre os geógrafos tendo a seguinte concepção de que nada foi feito e pensado, e que no pensamento de muitos são os grandes engenheiros de novos pensamentos que resultam de suas mentes brilhantes algo bastante complicado para evolução da geopolítica em nosso caso específico.

Nada se foi pensado a respeito deste tema relacionado com a questão da projeção brasileira, tendo em vista que os geógrafos não acham pertinente esse tema e o que parece ser tabu ainda na ciência geográfica, carecendo de aprofundamentos sobretudo de projetos e iniciativas da seara acadêmica que demonstra até o presente momento desinteresse a respeito desses temas.

Costa (2010) consegue ainda chegar perto disso apesar de algumas análises, o que nos parece tentar se afastar dessa problemática, pois é nítido sua posição entre geopolítica e geografia política, o que nesta reflexão termina dificultando qualquer tipo de iniciativa. Apesar disso, o que se observa em alguns trabalhos desse teórico direciona que,

Os analistas em geral reconhecem que não prevalece mais na atualidade o tradicional quadro de rivalidades entre os estados nacionais que caracterizou a América do Sul até aproximadamente o início dos anos noventa. Ao mesmo tempo, e enquanto mudança de certo modo associada, também perderam fôlego as velhas fórmulas geopolíticas de inspiração francamente competitiva e expansionista que predominaram durante muitas décadas em segmentos dos aparatos de estado dos países da região, algumas delas mal disfarçando os seus projetos de hegemonia. (COSTA, 2010, p. 12).

Costa (2010) trata de um tema delicado para os geógrafos que é a questão da hegemonia embutido nos projetos de projeção de cada país, apesar dos processos integracionista e os vários ensaios e, às vezes, até mesmo a concretização disso, em muitos casos de vários países ainda permanece os interesses particulares dos Estados Nacionais (Porque a recusa de muitos, já que isso é ponto comum entre os Estados) mesmo não admitido por muitos que preferem ver outros aspectos amenizando os problemas existentes que perduram com o tempo.

Lima *et al* (2017) tentou trazer à tona isso alertando que algumas ações ainda permanecem visando o controle e a liderança política, como é caso colocado pelo Peru, fato esse observado em períodos atrás por Nogueira (2007), ao citar que esse país exerceu suas pretensões expansionistas através de vários laços de sua Amazônia, algo que de acordo com Lima *et al* (2017) ainda prevalecem através de várias zonas de fricção em torno da tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru.

Excluindo a detecção desse fato que carece ainda de uma análise teórica, ainda ausente, pensada pela maioria dos geógrafos que se recusam em trabalhar teorias geopolíticas de ascensão de poder no país relegando o papel periférico do país e, ao mesmo tempo, da disciplina nas análises mais projetistas na busca de melhor posição no cenário internacional.

Na busca dessa necessidade aponta-se alguns elementos para um novo processo de construção de uma nova geopolítica como de fundamental importância, a busca a consideração da análise escalar geográfica apontada por Agnew (2005), como algo essencial na compreensão do fenômeno político, atentando-se até onde pode-se usar os atributos das relações e seus limites geográficos do uso moderado da escala geográfica.

A ideia de Globalização automaticamente das relações e ligações dos fatos parecem tentadoras, que se pode recair em duas formas de interpretação do território apontada por Haesbaert (2002), sendo uma análise reticular pensado o território como uma grande rede de conexões que constituem o mundo, tendo em vista a existência de fluxos e uma de ordem mais zonal.

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

Tendo como princípio uma visão miltoniana somente o Estado terá a condição e controle desse processo de totalidade na constituição da inserção, sobretudo de áreas mais remotas e menos atrativas para o capital, tendo em vista o conjunto de sua sociedade e de seus próprios interesses que necessariamente não se limitam a uma escala nacional já tendo em vista o próprio interesse difuso dos Estados no nível planetário.

Pensar de forma Global não requer abolição das escalas locais, a necessidade de um suporte mais presente neste mundo de hoje requer um fortalecimento dos lugares, entretanto, de forma integrada, por isso a necessidade de um projeto nacional, somente ele dará uma visão de conjunto, podendo nos afastar de uma esquizofrenia territorial como apontada Santos e Silveira (2001), tendo em vista a análise e formas, como é pensado o território de forma fragmentado atualmente.

É dentro desse panorama que se deve pensar em um projeto global, que se analise o melhor ramo do conhecimento para desenvolver este projeto, uma geopolítica tendo em vista as necessidades do país e suas projeções de poder que ainda não foram estabelecidos através de áreas de atuação e áreas geográficas predestinadas, somadas com alianças políticas ainda a serem feitas. Não se encontra nesta proposta, como fez Martin *apud* Albuquerque (2014) limitar as ações do Estado e sim, dizer que o mesmo deve ser ágil com a modernização das técnicas e burocracia, tendo em vista a maior flexibilidade voltada para os interesses nacionais.

Outro ponto que se pode assinalar é a ativa ação do governo brasileiro em órgãos internacionais destacando e melhorando a imagem do país e, ao mesmo tempo, sua participação, como das forças brasileiras no exterior, esta reflexão concorda com Martin *apud* Albuquerque (2014) ao apontar que para quem busca uma posição mundial no mundo tem um papel a cumprir e pagar por esse preço.

Pensar geopoliticamente requer pensar de forma conjunta como já colocado, as necessidades internas devem ser concatenadas com as projeções que pretende alcançar no exterior o processo de internacionalização das relações, não suprimindo as necessidades da sociedade local, o que na realidade deve ocorrer é um pensamento integrado de ambas as escalas visando

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera as posições que se quer obter e, ao mesmo tempo, levando em consideração o sentimento nacional estabelecido pelo Estado e sua sociedade tendo em vista o cenário internacional, conforme o esquema abaixo (figura 01).

Conjuntura Geopolítica e as esferas do poder para um projeto do cenário Internacional

As três esferas (ver fig. 1) devem ser integradas, conforme o cenário internacional, tendo em vista a posição definida pelo país, em que alcançar a necessidade de um projeto amplo requer a atuação nas três formas que o Estado se encontra. Ressalta-se nesta reflexão, que o modelo a ser guiado e a esfera internacional, portanto, não excluindo nenhuma parte do território, que deva ser pensado como uno indivisível.

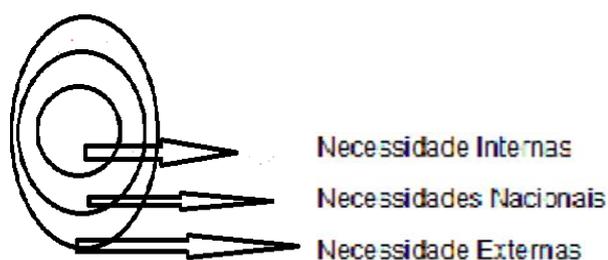


Figura 1. Três esferas do cenário internacional. Fonte: Lima, W. T.

Requer-se então, uma mudança da representatividade política que deve ser feita de forma única tendo em vista a dinamização das áreas mais deprimidas e, ao mesmo tempo, a integração das áreas mais dinâmicas que devem passar por um processo de transnacionalização que sejam um fio condutor para inserção internacional do país para uma busca de uma posição no cenário internacional.

A necessidade de pensar estratégias, como a construção e o incentivo de cadeias produtivas mundializadas e de hegemônias brasileiras, deve ser permanente tendo como aparato o investimento na ciência e tecnologia, como apontava Becker e Stenner (2008), ainda ausente na busca por essa meta deve

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera ser feita pelo Estado através de incentivos fiscais para o desenvolvimento dessas atividades.

A relação entre a geografia e a geopolítica ainda não existente a dimensão espacial fundamental para o acesso, a busca de nova posição global, ainda é esquecida e deixada pelos geógrafos em virtude das ações de novos atores sintagmáticos, o que implica na falta de um projeto oriundo da geografia para uma contribuição geopolítica.

Mesmo depois de falecida as ideias de Becker e Stenner (2008) ainda ressoam no contexto amazônico brasileiro, haja vista que o projeto ainda aguarda a sua execução nessa porção do território. Pensando no seguinte contexto, uma dica aparece de extrema importância nesse projeto de inserção global a cidade de Manaus, especificamente a Zona Franca de Manaus, criada em 1967 dentro de uma relação internacional das grandes cidades mundiais, conforme abaixo:

No entanto, a formação da rede de cidades mundiais já está em curso, a revelia do que a sociedade e os cientistas desejem. Estudo recente sobre o tema no Brasil (Rossi; Taylor, 2006), baseado na análise da rede bancária, revelou que a conexão bancária internacional está concentrada em poucas cidades, sobretudo em São Paulo, a cidade portal das conexões internacionais mais importantes – Nova York, Londres e Tóquio -, seguida do Rio de Janeiro. Manaus não participa desse processo, segundo os dados analisados.

Mas Manaus deve ter planejada sua passagem a cidade Mundial, porque esta demanda de uma geopolítica de desenvolvimento configurada para um futuro próximo e porque tem condições específicas para sê-lo, embora nem todas enquadradas no rol de serviços de alto valor agregado estabelecido na leitura dominante científica (BECKER; STENNER, 2008, p. 113).

Apesar das dificuldades e das novas exigências impostas a esse modelo, a Zona Franca de Manaus (criada nos anos de 1960) conseguiu recentemente (2018 em maio) ampliar e radiar-se para a região metropolitana de Manaus, aumentou o seu grau de cobertura que resulta no inserimento de novos municípios além de sua capital, será um salto importante para a consolidação desta grande área. É ainda um único modelo geopolítico vigente e que perpetua até o momento na região. Aprimorar o modelo é algo fundamental para a projeção e transnacionalização da Amazônia e fortalecimento do país nesta grande porção geográfica, devido à grande extensão territorial do país e seu projeto de projeção para além das fronteiras brasileiras.

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

Becker e Stenner (2008) colocam de forma pontual no processo de projeção geopolítica visando a realidade mundial e nova posição que a região consegue no cenário nacional superando o papel de periferia nacional, como uma região chave no reforço do projeto brasileiro na busca de uma posição global, a estruturação de cidades globais deve ser pensada e ganhar força no projeto geopolítico para a presença dos interesses nacionais, segundo o processo de globalização. Particularmente, Becker e Stenner (2008) tem o mérito novamente de ser a geógrafa geopolítica fundamental para inserção da Amazônia no contexto nacional e, ao mesmo tempo, coloca retomar a geopolítica com o elemento de grande importância para a região.

Pensar de formar geopolítica é projetar e pensar o futuro, conforme o presente, há necessidade da busca de novas soluções e posições do país no cenário internacional, constitui-se como um desafio que ainda espera pelos analistas que cabe a academia (re) pensar este papel e seu posicionamento na omissão desses fatos, ainda do qual se encontram órfãos dentro de uma perspectiva mais global e de busca de uma posição de destaque que ainda é negada.

Considerações Finais

A crítica feita aos teóricos da geopolítica moderna é pensada dentro de uma concepção de um momento histórico passado que insiste em certa forma não se ajustar com o presente momento, ou seja, o reconhecimento dos seus atos de forma ditatorial, a impregnação desse fato histórico e, ao mesmo tempo, a relação nazista da geopolítica com a ascensão da escola alemã trouxe a demonização desse ramo do conhecimento.

Apesar das críticas em âmbito mundial e nacional dentro da seara geográfica, alguns papéis devem ser destacados como o de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, pioneiros nessas análises, sem dúvida, já se podia esquecer da nossa honrosa homenagem à Bertha K. Becker considerada uma das pioneiras em nosso país ao resgatar a geografia política e geopolítica nas análises espaciais até então rejeitadas.

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

Becker representa uma geração solitária, dentro de uma perspectiva projetista de pensar o país a luz da Amazônia, o que torna seu papel mais árduo nesse sentido ao demonstrar que o papel de periferia da região ficou para trás dentro do novo contexto mundial, nem um geógrafo fez isso com maior precisão do que a grande mestre em suas análises referentes a Amazônia levando em consideração o restante do território brasileiro e o sistema mundial.

Aqui cabe ressaltar o papel do geógrafo Roberto Martin que em suas análises desafiantes projetou uma alternativa para o nosso país diante do cenário mundial, com seu Meridionalismo, reconhecendo de forma explícita as amarras de uma visão calcada no tradicionalismo de época e, ao mesmo tempo, apontando soluções práticas para a sua superação. O papel de Edu Silvestre Albuquerque não pode ser esquecido apesar de ser um dos poucos geógrafos da nova geração na busca de temas ligados a geopolítica através de seus escritos e de sua revista, termina resultando numa voz fundamental para pensar um projeto geopolítico do país.

Algumas tratativas feitas nesta reflexão com demais autores, também, vão nessa direção através de análises pertinentes nas demonstrações de alguns modelos geopolíticos que o país ainda segue, resultando em sua visão de mundo, ao mesmo tempo, a proposição de modelo alternativo mais não definitivo para a projeção brasileira, haja visto o cenário e as necessidades internacionais que passaram ser prerrogativas de preocupações do país.

Apesar desses vários esforços como já colocados através do fortalecimento de vários eventos, conforme o fortalecimento da Geografia Política e Geopolítica através de Revistas Eletrônicas, eventos e exposições de temas ligados a esses ramos do conhecimento, observa-se que o fortalecimento da geopolítica ainda não ocorreu apesar dos esforços de muitos geógrafos, às vezes, em sua maioria um esforço solitário, como foi o caso de Becker.

O que se observa nessa empreitada é que temas referentes a projeções, lideranças, projeto nacional, hegemonia ainda são temas tabus tratados e recusados pelas academias em função do estigma do nazismo, algo ainda não superado por grande parte dos geógrafos que trabalham as relações de poder preferindo abordagem atuais voltadas mais para as microescalares.

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

A busca de um pensamento geopolítico originado ou participante com os demais cientistas por parte dos geógrafos ainda é algo a ser pensado e realizado, em sua maioria a recusa desses trabalhos ainda pesa sobre a geopolítica brasileira resultando no esvaziamento maior com o desaparecimento de alguns geógrafos dessa linha correndo o risco de ser suprimida de vez.

Referências

AGNEW, John. **Geopolítica**: Uma Re-visión de La Política Mundial. Madrid – Espanha: Trama Editorial, 2005.

ALBUQUERQUE, E. S. A teoria geopolítica meridional de André Martin. Revista Geopolítica, p. 10. 2014. Disponível em: <www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs2.2.3/index.php/rg /.../ 117>. Acessado em 05 de outubro de 2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. Campinas: Papirus, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Elisée Reclus**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

BECKER, K. Bertha; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política**: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

CASTRO, Therezinha de. **Brasil da Amazônia ao Prata**. Rio de Janeiro, Editora do Colégio Pedro II, 1983.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2010.

COSTA, Darc, **Estratégia nacional**: recuperação Sul-Americana como caminho para inserção internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Aristeu Souza, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói- RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.

HORTA, Célio Augusto da Cunha. Geografia Política e Geopolítica: Velha e Novas Convergências. Geografia, n.15. p. 51-69, 2006.

O (re) pensar da geopolítica no Brasil “um mal” e esforço necessário ainda à espera

LACOSTE, Yves. **A Geografia Isso Serve, em Primeiro Lugar para Fazer a Guerra**. São Paulo: Papirus, 1993.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria**: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Moderna, 1997.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas**: a divisão da monstruosidade geográfica. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. São Paulo: Editora Record, 2001.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª Ed, 1935.

VESENTINI, José Willian. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986.